



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Folha N° 489
Processo Adm N° 035/2023
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

A Procuradoria da Câmara Municipal

**Sr. Ricardo Melo e Silva
Procurador Geral**


Nesta

Assunto: Solicitação de Parecer Conclusivo

Senhor Procurador,

Encaminho o Pregão Eletrônico n° 011/2023, Proc. Adm. n° 035/2023, com identificação n° 266043. Solicito que acesse portaldecompraspublicas.com.br, com seu login e senha para que seja feita a análise e Parecer Conclusivo, logo após, peço que encaminhe o processo para o Presidente desta Casa Legislativa para Homologação.

Atenciosamente,


Rayanne Silva Machado
Pregoeira



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Folha Nº 1490
Processo Adm Nº 03512023
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

PROC. ADMINISTRATIVO Nº 035/2023

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA/MA

PARECER: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

SOLICITANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL.

EMENTA: PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA.

1. RELATÓRIO

Trata-se do parecer jurídico conclusivo solicitado pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, referente a legalidade do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, a qual tem por objeto a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA.

Foram encaminhados a essa Procuradoria, os autos do processo para análise final cujo escopo consiste na Adjudicação do objeto licitado, após a realização das fases competentes a licitação, e, conseqüentemente, sobejando adjudicação do processo e finalmente sua homologação pela autoridade competente da Câmara Municipal de açailândia - MA.

Não obstante, importante frisar que o relatório é referente a apreciação dos elementos que constam nos autos do processo administrativo, não sendo de competência desse consultivo realizar manifestações relacionadas aos atos praticados posteriormente.

Conforme consta dos autos a sessão foi aberta no dia 04 de Dezembro de 2023 as 09:00hs.

Em ato contínuo, iniciou-se a análise da habilitação da licitante, sendo que a empresa considerada HABILITADAS: GGT – COMERCIO LTDA, CNPJ nº 04.714.931/0001-02, vez que a documentação completa estava dentro dos conformes das

CNPJ: 12.143.442/0001-76 - RUA CEARÁ, 662 – CENTRO – CEP: 65930-000
AÇAILÂNDIA/MA – TELEFONE: (99) 3538-1487

<http://www.cmacailandia.ma.gov.br/>



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Folha Nº 492
Processo Adm Nº 03512023

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

exigências editalícias.

É O BREVE RELATÓRIO, por fim exara-se o opinativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Tendo em vista trata-se de Pregão Eletrônico para SRP, além das disposições contidas na Lei Geral de Licitações – que no caso tem aplicação subsidiária – devem ser observadas as determinações contidas na Lei 10.520/2002 e alterações posteriores.

O processo foi remetido a esta procuradoria para análise dos aspectos jurídicos, com a plena observância a modalidade pregão eletrônico em consonância a Lei 10.520/02 para aquisição de bens e consumos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a subsidiariedade da Lei 8.666/93.

Preliminarmente, este Parecer restringe-se às especificidades do caso concreto apresentado durante os trâmites licitatórios. Quanto à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração, igualmente não convém analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, econômico e/ou discricionários, cuja avaliação não compete a esta Procuradoria.

A Lei n.º 10.520/02 em seu artigo 4º, inciso XIII:

“A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira”

Ademais, como exigência do edital a prova da regularidade trabalhista, nos termos do artigo 29 da Lei n.º 8.666/93.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

1- prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

CNPJ: 12.143.442/0001-76 - RUA CEARÁ, 662 – CENTRO – CEP: 65930-000
AÇAILÂNDIA/MA – TELEFONE: (99) 3538-1487

<http://www.cmacailandia.ma.gov.br/>



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Folha Nº 492
Processo Adm Nº 03512023

Câmara Municipal de Açaílandia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

- II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Em relação ao processo licitatório o artigo 4º da Lei 10.520/02 reza em sua descrição que houve a publicação dos avisos em meios oficiais com a data de abertura no dia xx de xxxxxxxx de 202x às xx:xxhs, logo cumprindo a estrita obediência a legislação em sua forma e em cumprimento aos prazos para a realização do certame, conforme art. 20 do Decreto nº 10.024/19, sempre em observância ao princípio da publicidade.

“Art. 20. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação.”

Ao final das negociações, foi declarada vencedora a empresa: GGT – COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 04.714.931/0001-02, vencedora, com valor total de R\$ 123.308,85 (cento e vinte e três mil trezentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)

Denota-se que o licitante vencedor do pregão, após a fase de negociação com o pregoeiro ofereceu o melhor preço para o objeto licitado, adjudicado em seu favor pelo pregoeiro nos termos do art. 46 do Decreto nº 10.024/19:

CNPJ: 12.143.442/0001-76 - RUA CEARÁ, 662 – CENTRO – CEP: 65930-000
AÇAILÂNDIA/MA – TELEFONE: (99) 3538-1487
<http://www.cmacailandia.ma.gov.br/>



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Folha Nº 493
Processo Adm Nº 0511023
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

“**Art. 46.** Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17.”

Destaque que em análise aos autos, bem como a documentação apresentada pela empresa declarada vencedora pelo Pregoeiro e pela Comissão de Apoio, constou que a mesma cumpriu e/ou atende as exigências contidas no edital e na Lei de Licitações e, a respectiva proposta vencedora foi a melhor e de menor preço.

Todos os licitantes tomaram conhecimento do resultado na própria sessão do pregão eletrônico, não havendo qualquer manifestação quanto a intenção de interposição de recurso.

CONCLUSÃO

Diante ao exposto, e em razão da consulta realizada, verifica-se que o processo licitatório em questão é absolutamente hígido em sua formalidade, não identificando qualquer irregularidade visível em seu procedimento.

EX POSITIS, conclui esta Procuradoria pela **APROVAÇÃO** do processo licitatório, vez que foram atendidas todas as determinações legais atinentes à modalidade licitatória pretendida, pelo que opina por sua **HOMOLOGAÇÃO**.

Isto posto, **RECOMENDO** o encaminhamento do processo à autoridade competente para que as providências cabíveis e necessárias para que da instrumentalização do contrato.

É o parecer, salvo melhor juízo de valor.

Açailândia/MA, 16 de Janeiro de 2024.

RICARDO MELO E SILVA
Procurador Geral
Portaria nº 004/2021